

Delga  
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Delga Participações S.A.  
Diadema - SP

## Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delga Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 1 e 2 da seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delga Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com ressalvas

1. Conforme nota explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2017, a controlada, Delga Indústria e Comércio S.A., não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (índices financeiros - Covenants) do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, o que pode acarretar o vencimento antecipado das Debêntures no montante de R\$ 102.622 mil, dos quais R\$ 56.883 mil estavam classificadas no passivo não circulante. Considerando que a controlada não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após a data do balanço, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada no passivo circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017 o passivo não circulante consolidado está apresentado a maior e o passivo circulante consolidado a menor em R\$ 56.883 mil. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 conteve modificação em função desse assunto. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

2. Conforme nota explicativa nº 18, em 31 de dezembro de 2017 o balanço patrimonial consolidado apresenta na rubrica “Obrigações fiscais e tributárias” R\$ 11.032 mil a pagar relativos a PIS e COFINS da controlada Delga Indústria e Comércio, S.A.. A controlada não efetuou o recolhimento mensal desses tributos, nem reconheceu os respectivos encargos financeiros e multas de mora no montante de aproximadamente R\$ 6.469 mil em 31 de dezembro de 2017. Em decorrência desse assunto, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de investimentos no balanço patrimonial individual está apresentado a maior em R\$ 6.469 mil, as obrigações fiscais e tributárias no balanço patrimonial consolidado a menor nesse mesmo montante e o patrimônio líquido a maior em R\$ 6.469 mil e o prejuízo do exercício individual e consolidado findo naquela data a menor em R\$ 4.270 mil, líquido dos efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 conteve modificação em função desse assunto. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos


procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

  
Cristiano Seabra Di Girolamo  
Contador CRC BA-07826/O-4

## Delga Participações S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.427	16.012	2.548	18.138	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	17.454	18.760
Aplicações financeiras	7	12.002	-	12.106	-	Debêntures	16	-	-	100.320	33.211
Contas a receber de clientes	8	1.751	1.690	23.062	36.108	Fornecedores	17	2	2	53.220	46.547
Estoques	9	-	-	88.665	64.778	Obrigações trabalhistas e sociais	18	29	27	25.706	22.766
Ativo fiscal corrente	10	315	-	41.907	25.777	Obrigações fiscais e tributárias	19	223	198	35.245	29.183
Outros créditos		41	41	1.117	378	Parcelamentos de impostos	20	85	81	26.494	24.551
Ativos mantidos para venda	11	-	12.409	-	12.409	Adiantamento de clientes	21	-	-	12.967	9.368
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.536</b>	<b>30.152</b>	<b>169.405</b>	<b>157.588</b>	Dividendos a pagar	23	4.329	-	4.329	-
						Outras contas a pagar		-	504	260	426
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	3	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.668</b>	<b>812</b>	<b>275.995</b>	<b>184.812</b>
Aplicações financeiras	7	-	-	1.846	-	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	20.052	37.701
Empréstimos à partes relacionadas	12	19.400	14.601	18.686	14.007	Debêntures	16	-	-	-	56.883
Ativo fiscal não corrente	10	-	21	29.920	5.405	Parcelamentos de impostos	20	45	129	60.116	61.569
Depósitos judiciais	22	30	30	3.672	4.233	Passivo fiscal diferido	29b	-	-	1.003	1.090
Outros créditos		-	-	123	123	Provisão para perdas em processos judiciais	22	98	98	1.566	1.566
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>19.430</b>	<b>14.652</b>	<b>54.247</b>	<b>23.771</b>	Provisão para perdas com investimentos	13	-	10.764	-	-
Investimentos	13	31.752	4.905	-	-	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>143</b>	<b>10.991</b>	<b>82.737</b>	<b>158.809</b>
Imobilizado	14	22.054	9.647	219.548	209.502	<b>Patrimônio líquido</b>	23				
Intangível		-	-	494	313	Capital social		28.488	28.488	28.488	28.488
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>73.236</b>	<b>29.204</b>	<b>274.289</b>	<b>233.586</b>	Reserva de reavaliação		4.336	4.336	4.336	4.336
						Reserva de lucros		108.985	5.697	108.985	5.697
						Reserva de incentivos fiscais		-	12.414	-	12.414
						Prejuízos acumulados		(56.848)	(3.382)	(56.848)	(3.382)
						<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		-	-	-	-
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>84.961</b>	<b>47.553</b>	<b>84.961</b>	<b>47.553</b>
						<b>Total do passivo</b>		<b>4.811</b>	<b>11.803</b>	<b>358.732</b>	<b>343.621</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>89.772</b>	<b>59.356</b>	<b>443.694</b>	<b>391.174</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>89.772</b>	<b>59.356</b>	<b>443.694</b>	<b>391.174</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Delga Participações S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Receita líquida	24	6.639	6.558	547.512	476.159
Custos dos produtos vendidos	25	<u>(217)</u>	<u>(230)</u>	<u>(475.383)</u>	<u>(420.155)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>6.422</u>	<u>6.328</u>	<u>72.129</u>	<u>56.004</u>
Despesas administrativas, comerciais e gerais	26	(1.318)	(1.123)	(24.968)	(23.182)
Outras receitas operacionais	27	<u>196</u>	<u>1.454</u>	<u>26.440</u>	<u>4.539</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<u>5.300</u>	<u>6.659</u>	<u>73.601</u>	<u>37.361</u>
Receitas financeiras	28	1.303	1.084	37.269	3.215
Despesas financeiras	28	<u>(120)</u>	<u>(59)</u>	<u>(54.338)</u>	<u>(36.243)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<u>1.183</u>	<u>1.025</u>	<u>(17.069)</u>	<u>(33.028)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	13c	<u>37.611</u>	<u>15.793</u>	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>44.094</u>	<u>23.477</u>	<u>56.532</u>	<u>4.333</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29a	(808)	(735)	(13.333)	(627)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29b	-	-	87	19.037
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>43.286</u>	<u>22.742</u>	<u>43.286</u>	<u>22.743</u>
<b>Resultado atribuído para:</b>					
Acionistas controladores		-	-	43.286	22.743
Acionistas não controladores		-	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>43.286</u>	<u>22.742</u>	<u>43.286</u>	<u>22.743</u>
<b>Lucro por ação diluído</b>					
Lucro por ação diluído - básico	30	0,002	0,001	0,002	0,001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Delga Participações S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>43.286</u>	<u>22.742</u>	<u>43.286</u>	<u>22.743</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>43.286</u>	<u>22.742</u>	<u>43.286</u>	<u>22.743</u>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	43.286	22.742	43.286	22.743
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>43.286</u></u>	<u><u>22.742</u></u>	<u><u>43.286</u></u>	<u><u>22.743</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



## Delga Participações S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucro	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>(26.124)</u>	<u>24.811</u>	<u>-</u>	<u>24.811</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.742	22.742	-	22.742
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>(3.382)</u>	<u>47.553</u>	<u>-</u>	<u>47.553</u>
Reclassificação de reserva	-	-	(12.414)	12.414	-	-	-	-
Antecipação distribuição lucros	-	-	-	-	(1.549)	(1.549)	-	(1.549)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	43.286	43.286	-	43.286
Constituição reserva legal	-	-	-	2.164	(2.164)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(4.329)	(4.329)	-	(4.329)
Destinação do lucro do exercício	-	-	-	88.710	(88.710)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>-</u>	<u>108.985</u>	<u>(56.848)</u>	<u>84.961</u>	<u>-</u>	<u>84.961</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Delga Participações S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro antes dos impostos		44.094	23.477	56.532	4.333
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		1	2	12.988	13.162
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 16	-	-	12.556	23.668
Encargos sobre empréstimos concedido à parte relacionada	12a	(120)	-	-	-
Encargos de duplicatas descontadas	8	-	-	130	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	14	-	-	477	2.256
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	-	-	-	(595)
Reversão de provisão para perdas em processos judiciais	22	-	(1.454)	-	(1.454)
Resultado de equivalência patrimonial	13c	(37.611)	(15.793)	-	-
		<u>6.364</u>	<u>6.232</u>	<u>82.683</u>	<u>41.370</u>
<b>Variações em:</b>					
Contas a receber de clientes	8	(61)	(176)	12.916	(14.487)
Estoques	9	-	-	(23.887)	(9.076)
Ativos mantidos para venda	11	-	(2.139)	-	(2.139)
Ativo fiscal corrente e não corrente	10	(294)	(9)	(40.645)	(12.427)
Outros créditos		-	-	(739)	262
Aplicações financeiras	7	(12.002)	-	(13.952)	-
Depósitos judiciais	22	-	(2)	561	(1.289)
Fornecedores	17	-	(9)	6.673	9.712
Obrigações trabalhistas e sociais	18	2	-	2.940	5.147
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos		(166)	(24)	(6.083)	34.185
Adiantamento de clientes	21	-	-	3.599	(6.682)
Outras contas a pagar		(504)	(293)	(166)	(412)
		<u>(6.661)</u>	<u>3.580</u>	<u>23.900</u>	<u>44.164</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>					
Juros pagos	15	-	-	(2.206)	(5.878)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(696)	(753)	(695)	(753)
		<u>(7.357)</u>	<u>2.827</u>	<u>20.999</u>	<u>37.533</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>					
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>					
Distribuição de lucros sócios		(1.549)	1.873	(1.549)	-
Empréstimos concedido à parte relacionada	12a	(4.679)	(5.273)	(4.679)	(4.679)
Alienação de imobilizado e intangível		-	-	(179)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	14	-	-	(11.103)	(5.035)
		<u>(6.228)</u>	<u>(3.400)</u>	<u>(17.510)</u>	<u>(9.714)</u>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>					
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	15 e 16	-	-	(19.079)	(30.527)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.079)</u>	<u>(30.527)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>					
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>					
		<u>(13.585)</u>	<u>(573)</u>	<u>(15.590)</u>	<u>(2.708)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		16.012	16.585	18.138	20.846
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>2.427</u>	<u>16.012</u>	<u>2.548</u>	<u>18.138</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Delga Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2000 que tem como objetivo principal a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades. Sua sede está localizada na rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, estado de São Paulo.

#### **Capital circulante líquido consolidado negativo**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou em suas demonstrações financeiras consolidadas excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R\$ 106.590 mil (R\$ 27.224 mil em 31 de dezembro de 2017), em função principalmente da reclassificação da totalidade do saldo de debêntures a pagar do passivo não circulante para o passivo circulante de sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A. devido a não prorrogação do contrato firmado com os credores até a data de emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **Planos da administração**

A administração vem implementando ações estratégica para reverter essa situação que abrange renegociação de contratos junto a fornecedores para redução de despesas e custos; busca de novos mercados e consequente expansão das vendas; recuperação de créditos fiscais; e ganhos operacionais de eficiência.

Em 2018, o controle rígido de custos e despesas permitiu que o EBITDA atingisse R\$ 86.589 mil, crescimento de 72% em relação a 2017, enquanto a receita cresceu 15%. Sem considerar o valor principal de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, contabilizados em outras receitas operacionais da controlada Delga Indústria e Comércio S.A., o EBTIDA atingiu R\$ 61.918 mil, crescimento de 23% em relação a 2017.

Em novembro de 2018, a controladora Delga Indústria e Comércio S.A. obteve o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS por meio de ação judicial, tendo contabilizado o valor total de créditos de R\$ 58.864 mil nos demonstrativos financeiros da Delga Indústria e Comércio S.A., os quais terão efeito caixa significativo a partir de sua habilitação, prevista para o 2º trimestre de 2019.

Também foi relevante a decisão pela reativação da unidade Anchieta no ano de 2019 na controlada Delga Indústria e Comércio S.A., a qual possui localização estratégica, o que possibilitará o desenvolvimento de novos negócios, a exemplo de terceirização de linhas de montagem de clientes, cujo projeto será iniciado em 2019.

Com essas ações a administração da Companhia e de suas controladas entendem que o fluxo financeiro gerado em suas operações já será suficiente para honrar seus compromissos de curto e médio prazos, descartando quaisquer riscos de descontinuidade operacional. Ainda assim, caso o plano estabelecido não se concretize por algum motivo e geração de caixa não seja a esperada,

os acionista se comprometem a prover com os recursos financeiros necessários para garantir a continuidade dos negócios nos próximos 12 meses.

## **2 Entidades do grupo**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía participações nas seguintes empresas controladas (controle integral):

### **Delga Indústria e Comércio S.A. (“Delga Indústria”)**

Constituída em 21 de agosto de 1968, com sede localizada na rua Álvares Cabral, nº 1.559, bairro Serraria, no Município de Diadema, estado de São Paulo, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul. As atividades da Delga Indústria estão relacionadas à estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

### **Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. (“Fobrasa”)**

Constituída em 26 de junho de 1973, com sede localizada na rua Almirante Lobo, nº 1.456, bairro do Ipiranga, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Fobrasa estão relacionadas à revenda de máquinas e equipamentos.

### **Tamet Estamparia Pesada Ltda. (“Tamet”)**

Constituída em 23 de setembro de 1969, com sede localizada na rua Damásio Pinto, nº 47, bairro de Itaquera, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. As atividades da Tamet estão relacionadas à estamparia de metais em geral (atualmente sem atividades operacionais).

#### **Participação acionária 2018 e 2017**

Delga Indústria e Comércio S.A.	100,00%
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	99,99%
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	99,99%

## **3 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia e de suas controladas em 31 de maio de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas estão apresentadas na nota explicativa 5.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** - Contas a receber de clientes - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas esperadas;
- **Nota explicativa nº 14** - Ativo imobilizado - Definição de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 22** - Provisão para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

**(iii) Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão classificados como Nível 2.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 31.

#### **4 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia e suas controladas aplicaram o pronunciamento contábil CPC 47 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia e suas controladas na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

##### **a. CPC 47- Receita de contratos com clientes**

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ela substitui o CPC 30 ( R1) *Receitas*, o CPC 17 (R1) *Contratos de Construção* e as interpretações relacionadas. De acordo com o CPC47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia têm como principais receitas os aluguéis de imóveis e a participação em empresas controladas. A norma traz os princípios para uma entidade aplicar e determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: i) identificação dos contratos com os clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia e suas controladas têm direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor. A Companhia e suas controladas avaliaram a nova norma, desde a forma de mensuração e de reconhecimento das receitas; dos descontos e das devoluções, bem como as políticas, os processos e os contratos individuais significativos; e, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não é complexa, a política contábil utilizada pela Companhia e suas controladas não sofreram alterações significativas.

**b. CPC 48 Instrumentos financeiros**

O CPC 48 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e como resultado da adoção inicial, as principais alterações foram:

- Classificação e mensuração dos ativos financeiros; e
- Redução ao valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo de “perdas em crédito esperadas”).

**(a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros**

De acordo com o CPC 48, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Sendo eliminadas as categorias existentes no CPC 38 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia e de suas controladas no qual o ativo é mantido; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (*Solely payments of principal and interest - SPPI*).

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

<b>Modelo</b>	<b>Contexto</b>
1 Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2 Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3 Demais modelos de negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia e suas controladas avaliam que o seu modelo de negócio consiste em receber fluxos de caixa destes ativos sendo principal mais juros.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no não reconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No não reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros:

Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e depósitos bancários	Empréstimos e Recebíveis	Valor Justo por meio de resultado
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio de resultado	Valor Justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Outros créditos	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Empréstimos à partes relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado

**(b) Redução ao valor recuperável “Modelo de perdas esperadas”**

O CPC 48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

**CPC 48**

Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro

A Companhia e suas controladas adotaram a abordagem simplificada, ou seja, avaliou a perda média percentual ocorrida nos últimos 3 anos, e aplicou o índice apurado sobre os créditos a receber em 31/12/2018. O cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro e não identificou impacto material, uma vez que no ramo de negócio em que a Companhia e suas controladas atuam, trabalham com multinacionais de grande porte.



Um ativo financeiro é considerado pela Companhia e suas controladas como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, e apresente indícios relevantes de dificuldades financeiras. A Companhia e suas controladas recorrem a ações de recuperação do crédito, tais como a execução da garantia (se houver alguma), ou o bloqueio de ativos do devedor, ou;
- O ativo financeiro está vencido conforme regras da Companhia e de suas controladas.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação.

O efeito da aplicação dessa norma, se houver, é atribuído principalmente ao seguinte:

Classificação, mensuração após reconhecimento inicial e ajustes por redução ao valor recuperável oriundo de perdas esperadas reconhecidas no contas a receber de clientes.

Ver mais detalhes sobre a nova política de reconhecimento de perdas na nota explicativa 8.

## **5 Principais políticas contábeis**

Exceto pelo que está mencionado na nota explicativa 4, as políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **a. Base de consolidação**

#### **(i) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### **(ii) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

**c. Instrumentos financeiros**

***Reconhecimento e mensuração inicial***

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente o contas a receber de clientes e os títulos de dívida na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

***Classificação e mensuração subsequente***

***Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018***

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas relacionadas a classificação e mensuração subsequente de instrumentos financeiros ativos e passivos são fornecidas na nota explicativa 4.

***Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018***

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros.

***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia e de suas controladas. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras de curto e longo prazos.

***Empréstimos e recebíveis***

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa e saldos positivos em conta movimento em bancos. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

#### *Outros passivos financeiros não derivativos - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

#### *Compensação entre ativos e passivos financeiros*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *Capital social*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas operaram com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

#### **d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

#### **e. Ativos mantidos para venda**

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda ou distribuição contendo ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

## **f. Imobilizado**

### ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos líquidos no resultado.

### ***Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Os custos de empréstimos atribuíveis ao imobilizado em andamento são capitalizados durante a fase de construção do ativo de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### ***Depreciação***

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### **g. Ativos intangíveis**

##### ***Reconhecimento e mensuração***

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

##### ***Custos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### ***Amortização***

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	1- 5 anos
----------	-----------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

#### **h. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

##### ***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A política da Companhia e de suas controladas para a constituição da provisão de crédito de liquidação duvidosa leva em conta a análise qualitativa dos títulos vencidos, considerando:

- 100% do mercado privado com títulos vencidos acima de 360 dias;
- títulos vencidos acima de 360 dias para o mercado público desde que não haja nenhuma negociação em curso.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do cliente;
- probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por conta das dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

*Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
  - inadimplência ou atrasos do devedor;
  - reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que seriam aceitas em condições normais;
  - indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
  - mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
  - o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
  - dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, representados substancialmente pelos estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil ou sua unidade geradora de caixa (“UGC”) que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de perda no valor de seus ativos não financeiros.

**i. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**j. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**k. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**l. Arrendamentos**

***Ativos arrendados***

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 não havia leasing de natureza operacional, portanto, sem impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

***Pagamentos de arrendamentos***

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**m. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.



**n. Capital social - Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

**o. Receita operacional**

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas, relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritos na nota explicativa 4 (a).

**p. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias, cambiais ativas; e atualização juros Selic - crédito ação Pis e Cofins; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, descontos concedidos, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**q. Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicasse a alíquota de 32%, para receitas de aluguéis e de 8% para receitas de venda de imóveis, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As controladas têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados utilizando o regime do lucro real, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(ii) Despesa imposto de renda e contribuição social diferidos**

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

***CPC 06 (R2) - Arrendamentos***

Principais disposições e consequências para a Companhia e suas controladas:

O CPC 06 (R2), que substitui a partir de 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R1) - Arrendamentos e interpretações, introduz importantes mudanças na contabilização dos contratos de aluguel por parte do locatário, removendo para este último, a distinção entre locações operacionais e locações financeiras.

De acordo com a nova norma, todos os contratos de arrendamento devem ser reconhecidos no balanço por meio de um ativo que representa o direito de usar o ativo arrendado em troca de uma dívida correspondente ao valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento por prazo razoavelmente certo de contratação. O CPC 06 (R2) também afetará a apresentação dessas transações na demonstração do resultado (reconhecimento de uma despesa de amortização e despesa de juros, ao invés da despesa de arrendamento) e a demonstração dos fluxos de caixa que passará a apresentar o pagamento de juros e dívida (fluxos de caixa das atividades de financiamento) ao invés de pagamento de arrendamento (fluxos de caixa das atividades operacionais).

A Companhia e suas controladas optarão pelo método retrospectivo simplificado a partir de 1º de janeiro de 2019. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2018 não serão reapresentadas.

Além disso, a Companhia e suas controladas aplicarão as duas isenções propostas pela norma para bens de baixo valor, bem como contratos de curto prazo (menos de 12 meses).

A Companhia e suas controladas levarão em consideração ao determinar o período razoavelmente certo de uso dos bens arrendados as características relacionadas aos diferentes tipos de estabelecimento. Serão consideradas as seguintes características: a rentabilidade da fábrica, a existência de investimentos recentes na localidade e a existência de locais alternativos para as unidades fabris. Na data de adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia e suas controladas aplicarão a taxa de empréstimo marginal aos vários contratos. Após a data de transição, será aplicada a taxa implícita do contrato, se identificável, em caso contrário, a taxa de empréstimo marginal será aplicada.

Em paralelo, a Companhia e suas controladas iniciaram o levantamento dos contratos existentes afim de realizar o cálculo e a geração dos dados necessários para a contabilização de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2).

Devido a que as análises e atividades que envolvem julgamento relevante ainda estão em andamento, tais como, levantamento dos contratos, o quadro a ser usado para determinar o prazo razoavelmente certo de contratação (que depende em particular, de cada tipo de ativo subjacente), e a metodologia para o cálculo das taxas os descontos, a Companhia e suas controladas consideram que não é razoavelmente estimável o possível impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data de adoção inicial (1º de janeiro de 2019) na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	7	5	39	36
Bancos conta movimento	2.420	2.227	2.509	2.324
Aplicações financeiras	-	13.780	-	15.778
	2.427	16.012	2.548	18.138

A análise de exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito está demonstrada na nota explicativa 31.

## 7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras	12.002	-	13.952	-
	12.002	-	13.952	-
Circulante	12.002	-	12.106	-
Não circulante	-	-	1.846	-

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em fundos de investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O objetivo do fundo é buscar proporcionar rentabilidade aos cotistas, por meio da aplicação dos seus recursos, preponderantemente, em ativos financeiros e modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI, divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. A exposição da CARTEIRA às oscilações da taxa de juros do Depósito Interfinanceiro - DI será mantida mesmo na hipótese de alta volatilidade dos preços dos ativos e dessa taxa de juros.

## 8 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber	3.283	3.222	37.356	38.025
(-) Antecipação de recebíveis (i)	-	-	(12.380)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.532)	(1.532)	(1.914)	(1.914)
	1.751	1.690	23.062	36.111
Circulante	1.751	1.690	23.062	36.108
Não circulante	-	-	-	3

- (i) O montante de (R\$ 12.380) refere-se a operação bancária de antecipação de recebíveis baseada na transferência de domicílio bancário simples sem garantia ou caução de contas a receber, sem coobrigação, com depósito de documentos pela Companhia e suas controladas e com encargos financeiros no montante de R\$ 130.

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira individualizada de seus clientes, e estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas ocorridas na média dos últimos 3 anos; a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A provisão para perda de crédito esperada tem a seguinte movimentação nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(1.532)	(1.532)	(1.914)	(2.509)
Reversão	-	-	-	595
Saldo final	(1.532)	(1.532)	(1.914)	(1.914)

As controladas da Companhia vendem produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de Concentração
General Motors	27%
Volkswagem	24%
Scania	17%
Meritor	8%
Mercedes Benz	6%
Outros	18%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A Vencer:				
A Vencer até 30 dias	556	546	25.422	25.659
A Vencer a mais de 30 dias	-	-	1.364	-
Total a vencer	556	546	26.786	25.659
Vencidos:				
de 1 a 30 dias	7	6	1.490	4.446
de 31 a 90 dias	9	52	1.462	2.223
de 91 a 180 dias	28	42	147	810
há mais de 180 dias	2.83	2.576	7.471	4.887
Total vencidos	2.727	2.676	10.570	12.366
Total geral	3.283	3.222	37.356	38.025

Não há contas a receber da Companhia e de suas controladas dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

## 9 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	16.764	10.940
Produtos em elaboração	1.127	-
Produtos semi-acabados	37.589	25.470
Matérias primas	17.927	16.284
Mercadorias para revenda	4.658	5.010
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.558	1.559
Ferramentais em construções	3.144	1.038
Adiantamento a fornecedores	5.898	4.477
	88.665	64.778

Não há estoques das controladas dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

## 10 Ativo fiscal corrente e não corrente

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
IPi a compensar	1.239	1.432
ICMS a compensar	3.883	7.561
COFINS a compensar	2.509	1.788
PIS a compensar	411	387
Créditos extemporâneos (i)	567	487

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Créditos Prejuízo Fiscal e BNCSLL (PERT) (ii)	3.431	19.037
Crédito Ação Pis e Cofina - ICMS na base de cálculo (iii)	58.865	-
IR a compensar	774	350
Outros	148	140
	<b>71.827</b>	<b>31.182</b>
Circulante	41.907	25.777
Não circulante	29.920	5.405

- (i) Em 2014 houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2010 a 2014) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos.
- (ii) Em 2017 as empresas Delga Indústria e Com. S/A, Fobrasa Com. de Máquinas Ltda. e Tamet Estamparia Pesada Ltda., aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT - Lei nº 13.496/2017 para parcelamentos de débitos nos âmbitos da RFB e PGFN, com amortização com créditos de Prejuízo Fiscal (25%) e de Base Negativa da CSLL (9%) acumulados até dezembro 2015, reconhecidos no exercício de 2017 e apurados conforme quadro abaixo:

	<b>Delga Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.</b>	<b>Tamet Estamparia Pesada Ltda.</b>	<b>Total</b>
Prejuízo Fiscal até dezembro de 2015	37.272	4.428	14291	55.991
% do Crédito PERT	25%	25%	25%	25%
Total crédito prejuízo fiscal PERT até dezembro de 2015	<b>9.318</b>	<b>1.107</b>	<b>3.573</b>	<b>13.998</b>
Base Negativa CSLL até dezembro de 2015	37.272	4.428	14291	55.991
% do Crédito PERT	9%	9%	9%	9%
Total crédito base negativa CSLL até dezembro de 2015	<b>3.354</b>	<b>399</b>	<b>1.286</b>	<b>5.039</b>
<b>Total Crédito PF e Base Negativa CSLL</b>	<b>12.672</b>	<b>1.506</b>	<b>4.859</b>	<b>19.037</b>

**a. Delga Indústria e Comércio S/A**

**(1) Parcelamento Pert PGFN - Modalidade Demais Débitos**

	<b>Base de cálculo</b>	<b>Crédito utilizado</b>
Prejuízo Fiscal - 25%	19.273	4.818
Base Negativa CSLL - 9%	22.944	2.065
	-	6.883

**(2) Parcelamento Pert PGFN - Modalidade Previdenciários**

	<b>Base de cálculo</b>	<b>Crédito utilizado</b>
Prejuízo Fiscal - 25%	6.217	1.554
Base Negativa CSLL - 9%	7.401	666
	-	2.220

**(3) Parcelamento Pert RFB - Modalidade Previdenciários**

**(3.1) Créditos Próprios**

	<b>Base de cálculo</b>	<b>Crédito utilizado</b>
Prejuízo Fiscal - 25%	11.783	2.946
Base Negativa CSLL - 9%	6.927	624
	-	3.570

**b. Tamet Estamparia Pesada Ltda (i)**

**(1) Créditos Terceiros**

	<b>Base de cálculo</b>	<b>Crédito utilizado</b>
Prejuízo Fiscal - 25%	9.897	2.474
	-	2.474

**(2) Parcelamento Pert RFB - Modalidade Previdenciários**

	<b>Base de cálculo</b>	<b>Crédito utilizado</b>
Prejuízo Fiscal - 25%	1.836	459
	-	459

- (i)** Em 29/11/2018 ocorreu o trânsito e julgado na qual a Empresa obteve êxito em ação contra a Fazenda Federal, relacionada a discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Foi confirmado o direito da Empresa de compensar os valores indevidamente recolhidos à título destes tributos no período de 2002 a 2016. Desta forma, e adotando postura conservadora, baseando-se na apuração de créditos baseada no ICMS líquido, a Empresa reconheceu o montante de R\$ 58.865 na rubrica “Ativo fiscal corrente e não corrente”, de acordo com estimativas de utilização, sendo no ativo circulante R\$ 29.432 (50%) e não circulante R\$ 29.433 (50%), com contrapartida no resultado, sendo o principal de R\$ 24.671 em “Outras receitas operacionais” e R\$ 34.194, referente a atualização do crédito (Taxa Selic) em “Receitas financeiras”.

**11 Ativos mantidos para venda - Controladora e consolidado**

Tendo em vista que no decorrer do ano de 2018 não ter havido interessados potenciais na aquisição dos imóveis disponibilizados para venda sendo nove imóveis avaliados no montante total de R\$ 12.409 mil, os mesmos foram reincorporados ao ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

## 12 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com suas controladas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

### a. Ativo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	714	594	-	-
Mutuo sócios pessoa física	18.686	14.007	18.686	14.007
	19.400	14.601	18.686	14.007

Refere-se a empréstimos de mútuo para os acionistas da Companhia com prazo de vencimento indeterminado e com incidência de impostos sobre operações financeiras (IOF): taxa de 0,0041% ao dia e adicional de 0,38% incidente sobre o valor Principal. Não há incidências de juros e atualizações.

### *Movimentação dos empréstimos e financiamentos:*

Controladora					
31/12/2017	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2018
14.601	4.679	-	120	-	19.400
14.601	4.679	-	120	-	19.400

Controladora					
31/12/2016	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2017
9.328	5.273	-	-	-	14.601
9.328	5.273	-	-	-	14.601

Consolidado					
31/12/2017	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2018
14.007	4.679	-	-	-	18.686
14.007	4.679	-	-	-	18.686



Consolidado					
31/12/2016	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2017
9.328	4.679	-	-	-	14.007
9.328	4.679	-	-	-	14.007

**b. Resultado**

	Controladora	
	2018	2017
Receita de aluguel		
Delga Indústria e Comércio S.A.	2.343	2.343
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	63	63
	2.406	2.406

Conforme contratos, os reajustes são anuais e com base nos índices que registre a real inflação do período e com renovação automática.

- **Delga - Diadema** - 5,74 - ICV/Diese
- **Delga - Diadema** - 10,94 - IGPM
- **Delga - Filial Ferraz** - 10,67 - IGPM
- **Tamet** - 7,18 - IGPM

***Remuneração de pessoal-chave da administração***

Em 2018 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração foi de R\$ 3.140 (R\$ 1.447 em 2017) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego.

Os beneficiários finais da Companhia são os acionistas mencionados na nota explicativa 23.

## 13 Investimentos em controladas

### a. Composição dos saldos

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Saldos em investimentos</b>		
Delga Indústria e Comércio S.A.	28.147	(10.764)
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	2.157	4.239
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	1.448	666
	<u>31.752</u>	<u>(5.859)</u>
Total de investimentos	<u>31.752</u>	<u>(5.859)</u>
Investimentos	31.752	4.905
Provisão para perdas com investimentos	-	(10.764)

### b. Composição dos investimentos

	<b>Delga Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.</b>	<b>Tamet Estamparia Pesada Ltda.</b>	<b>Total</b>
Capital social	47.299	8.204	704	-
Participação	100%	99,99%	99,99%	-
Total do ativo das controladas	379.906	9.767	4.483	394.156
Total do passivo das controladas	(351.759)	(11.849)	(3.701)	(367.309)
Resultado do exercício das controladas	38.911	(2.082)	782	37.611
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2018	28.147	2.157	1.448	32.611
Resultado de equivalência patrimonial	<u>38.911</u>	<u>(2.082)</u>	<u>782</u>	<u>37.611</u>
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2018	<u>28.147</u>	<u>2.157</u>	<u>1.448</u>	<u>31.752</u>
	<b>Delga Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.</b>	<b>Tamet Estamparia Pesada Ltda.</b>	<b>Total</b>
Capital social	47.299	8.204	704	-
Participação	100%	99,99	99,99	-
Total do ativo das controladas	326.857	10.383	5.080	342.320
Total do passivo das controladas	(315.483)	(10.548)	(496)	(326.527)
Resultado do exercício das controladas	11.374	(165)	4.584	15.793
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2017	(10.764)	4.239	666	(5.859)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>11.374</u>	<u>(165)</u>	<u>4.584</u>	<u>15.793</u>
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2017	<u>(10.764)</u>	<u>4.239</u>	<u>666</u>	<u>(5.859)</u>

**c. Movimentação dos investimentos**

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

	<b>Delga Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.</b>	<b>Tamet Estamparia Pesada Ltda.</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º/01/2018	(10.764)	4.239	666	(5.859)
Equivalência patrimonial	38.911	(2.082)	782	37.611
Saldos em 31/12/2018	28.147	2.157	1.448	31.752

	<b>Delga Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.</b>	<b>Tamet Estamparia Pesada Ltda.</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º/01/2017	(20.000)	4.139	(3.918)	(19.779)
Aumento / Redução de capital social em investida (i)	(2.138)	265	-	(1.873)
Equivalência patrimonial	11.374	(165)	4.584	15.793
Saldos em 31/12/2017	(10.764)	4.239	666	(5.859)

- (i) Aumento de capital na Fobrasa Comércio de Maquinas Ltda. no valor de R\$ 265 e na Delga Indústria e Comércio Ltda. ocorreu uma redução do capital referente a transferência do imóvel da Rua José Antonio Valadares, 126 - São Paulo - SP no valor de R\$ 2.138.

**14 Ativo imobilizado**

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Taxa de depreciação % a.a.	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Terrenos		8.769	6.783	9.063	7.077
Edifícios	4	13.283	2.861	23.526	13.104
Instalações	10	-	-	21.460	21.399
Máquinas e equipamentos	5	3	3	199.348	195.638
Móveis e utensílios	10	3	3	1.628	1.568
Veículos	20	104	104	1.853	2.020
Equipamentos de informática (CPD)	20	4	4	1.834	1.766
Aparelhos e acessórios	10	-	-	6.311	6.267
Benfeitorias em imóveis		-	-	54.891	54.579
Veículos industriais	20	-	-	496	496
Instalações administrativas	20	-	-	370	350
Embalagens Industriais	10	-	-	6.105	5.855
Ferramentas	10	-	-	834	838
Bens de pequeno valor		-	-	29	-
Gastos reabilitação Filial Anchieta		-	-	2.214	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Taxa de depreciação % a.a.</b>				
Imobilização em andamento	-	-	3.530	1.571
	<u>23.166</u>	<u>9.758</u>	<u>333.492</u>	<u>312.528</u>
Depreciações acumuladas	<u>(112)</u>	<u>(111)</u>	<u>(113.944)</u>	<u>(103.026)</u>
Ativo Imobilizado	<u>22.054</u>	<u>9.647</u>	<u>219.548</u>	<u>209.502</u>

### **Resumo da movimentação do ativo imobilizado**

#### ***Controladora***

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	9.647	9.649
Transferência do ativo para venda para o imobilizado	12.408	-
Depreciação	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>
Saldo final	<u><u>22.054</u></u>	<u><u>9.647</u></u>

#### ***Consolidado***

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	209.502	219.805
Aquisições	11.103	5.026
Transferência do ativo para venda para o imobilizado	12.408	-
Baixas	(477)	(2.256)
Depreciação	<u>(12.988)</u>	<u>(13.073)</u>
Saldo final	<u><u>219.548</u></u>	<u><u>209.502</u></u>

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A. tinham imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$ 9.023 (R\$ 9.023 em 2017). Ver detalhes na nota explicativa 16.

Os custos com capitalização de empréstimos na rubrica de imobilização em andamento incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2018 é no montante de R\$ 92 (R\$ 938 em 2017).

## 15 Empréstimos, financiamentos e debentures

Instituição	Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017
Bradesco e Banco do Brasil	Finame	Reais	15/01/2020	2,50% a 8,70% a.a.	3.027	7.549
Citibank, Santander, Banco do Brasil e Bradesco	Capital de giro	Reais	15/09/2021	4,17% a.a. + SELIC	18.854	27.701
BNDES	Capital de giro	Reais	05/08/2021	4,17% a.a. + SELIC	15.625	21.211
Total					<u>37.506</u>	<u>56.461</u>
Passivo circulante					17.454	18.760
Passivo não circulante					20.052	37.701

O escalonamento da dívida de longo prazos está assim demonstrado:

Ano	31/12/2018
2018	17.454
2019	13.403
2020	6.649
2021	-
	<u>37.506</u>
Ano	31/12/2017
2018	18.764
2019	17.751
2020	13.570
2021	6.376
	<u>56.461</u>

### Movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidado

31/12/2017	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2018
<u>56.461</u>	-	(19.050)	2.301	(2.206)	<u>37.506</u>
<u>56.461</u>	-	(19.050)	2.301	(2.206)	<u>37.506</u>
BANCO	2.017	Captação	Pagamento Principal	Provisão Juros	2.018
Banco Bradesco	4.254	-	3.573	435	699
Banco do Brasil	19.295	-	6.447	785	12.880
Banco Santander	2.735	-	1.890	212	853
BNDES	21.212	-	5.646	687	15.594
Banco Citibank	8.965	-	1.493	182	7.480
	<u>56.461</u>	-	<u>19.050</u>	<u>2.301</u>	<u>37.506</u>

31/12/2016	Captação	Pagamento Principal	Provisão de Juros	Pagamento de Juros	31/12/2017
77.093	-	(30.494)	12.885	(3.023)	56.461
<u>77.093</u>	<u>-</u>	<u>(30.494)</u>	<u>12.885</u>	<u>(3.023)</u>	<u>56.461</u>

### **Garantias**

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

### **Cláusulas restritivas**

Os covenants relacionados aos empréstimos e financiamentos estão relacionados ao cumprimento de índices não financeiros apurados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2018 todos os covenants foram atendidos.

## **16 Debêntures**

A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. renegociou condições de prazo, custo e garantias com os debenturistas, chegando a um acordo em 31 de dezembro de 2018, porém, não formalizado até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão das debentures com a liquidação da 1ª emissão.

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	31 de maio de 2019
Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografia e nunca subordinada.
Forma:	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal:	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,23% a.a. Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,27% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.
Pagamento do principal:	R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 12/05/2015, junto com a remuneração mensal.
Garantias:	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e da controlada Delga Indústria e Comércio S.A.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,00 em 2014. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,75 em 2015. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,50 em 2016. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019.
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 12 de maio de 2019.

O escalonamento da dívida está assim demonstrado:

<b>Período</b>	<b>31/12/2018</b>
2018	36.933
2019	63.387
	100.320
	100.320
<b>Período</b>	<b>31/12/2017</b>
2018	33.211
2019	56.883
	90.094
	90.094

A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. incorreu em custos de captação, os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.205 (R\$ 3.179 mil em 2017).

### **Movimentação das debêntures consolidado**

<b>31/12/2017</b>	<b>Captação</b>	<b>Pagamento Principal</b>	<b>Provisão de Juros</b>	<b>Pagamento de Juros</b>	<b>31/12/2018</b>
90.094	-	(29)	10.255	-	100.320
90.094	-	(29)	10.255	-	100.320
					100.320
<b>31/12/2016</b>	<b>Captação</b>	<b>Pagamento Principal</b>	<b>Provisão de Juros</b>	<b>Pagamento de Juros</b>	<b>31/12/2017</b>
82.199	-	(33)	10.783	(2.855)	90.094
82.199	-	(33)	10.783	(2.855)	90.094
					90.094

### **Garantias**

Foram dados em garantia das debêntures imóvel no valor líquido contábil de R\$ 9.023 em 31 de dezembro de 2017.

### **Cláusulas restritivas**

Os covenants relacionados as debêntures estão relacionados ao cumprimento de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e com a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2018 a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. reclassificou o valor de longo prazo de R\$ 63.387 para o passivo circulante em virtude da formalização da nova negociação não ter sido evidenciada até o encerramento do exercício.

## 17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	2	2	52.992	46.474
Fornecedores do exterior	-	-	228	73
	2	2	53.220	46.547

Os fornecedores estão representados basicamente por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral.

## 18 Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ordenados e salários	4	4	3.139	3.853
Encargos sociais - INSS e FGTS	5	5	3.413	3.380
Provisão de férias e encargos	20	18	12.922	12.254
Outras obrigações trabalhistas	-	-	6.232	3.279
	29	27	25.706	22.766

## 19 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a recolher	-	-	65	7.312
ISS a recolher	-	-	28	14
IRRF a recolher	-	-	534	595
INSS a recolher	-	-	3.802	9.961
PIS e COFINS a recolher	21	41	18.087	11.074
Imposto de renda e contribuição social	202	144	12.727	144
IPI	-	-	-	5
Outros	-	13	2	78
	223	198	35.245	29.183



## 20 Parcelamentos de impostos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	-	-	34.169	27.618
IPTU	5	-	15	1.300
INSS Lei 11.941/09	-	-	-	-
RFB Lei 11.941/09	-	-	29.189	7.493
RFB Lei 12.966/14	-	-	71	79
PIS E COFINS	-	-	2.415	-
INSS	125	210	135	10.577
PERT	-	-	20.616	39.053
	130	210	86.610	86.120
Circulante	85	81	26.494	24.551
Não circulante	45	129	60.116	61.569

### ICMS

Entre 2007 e 2015, as controladas Delga Indústria e Comércio S.A. e Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda., protocolaram diversos pedidos de parcelamentos de âmbitos Federais, Estaduais, Municipais e trabalhistas, para amortização em períodos que variam de 36 a 106 meses. Referidos parcelamentos são atualizados de acordo com legislação específica e vem sendo pagos de acordo com os cronogramas deferidos.

### PERT Lei 13.496/17

Em 14 de novembro de 2017 a controlada Delga Indústria e Comércio S/A aderiu ao novo parcelamento nas modalidades RFB e PGFN. Em 31 de dezembro de 2018 aguardava a consolidação do parcelamento junto a RFB na modalidade DEMAIS - PERT “III b”. Tal modalidade prevê o pagamento, com uma entrada de 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante parcelado em até 145 prestações mensais e sucessivas, com redução de 80% dos juros de mora e 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas, conforme o art. 2º da lei nº 13.496/2017 (i).

O valor da entrada de 20% foi apurada com base no saldo consolidado apurado na data da adesão em 30 de novembro de 2017, sem reduções de multa e juros, conforme previsto na lei. As parcelas são atualizadas com base na SELIC.

Nesta mesma data a controlada Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. aderiu ao novo parcelamento na modalidade RFB - Demais Débitos. Em 31 de dezembro de 2018 aguardava a consolidação do parcelamento junto a RFB na modalidade DEMAIS- PERT “III”. Tal modalidade prevê o pagamento, com uma entrada de 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante em 1 (uma) parcela, com redução de 70% dos juros de mora e 90% das multas de mora, de ofício ou isoladas e utilização de Prejuízo Fiscal, conforme o art. 2º da lei nº 13.496/2017 (ii).

O valor da entrada de 5% foi apurada com base no saldo consolidado apurado na data da adesão em 26.10.2017, sem reduções de multa e juros, conforme previsto na lei. As parcelas foram atualizadas com base na SELIC.

**(i) Delga Indústria e Comércio S/A**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>
COFINS	12.566
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	11.605
Imposto de renda sobre o lucro	2.359
PIS	1.650
Contribuição social sobre o lucro	812
IPI	409
Outros	201
	<b>29.602</b>
	<b>29.602</b>

*Demonstrativo da consolidação - Simulação*

<b>Descrição</b>	<b>Principal</b>	<b>Multa mora/ Ofício (*)</b>	<b>Juros (**)</b>	<b>Total</b>
Valores sem reduções	20.423	4.130	5.050	29.602
Pagamento entrada (20%)	4.085	826	1.010	5.920
Valores com reduções	16.338	1.651	808	18.797

(\*) 50% de redução.

(\*\*) 80% de redução.

Entrada em 5 (cinco) parcelas iguais e consecutivas de R\$ 1.184, totalizando o montante de R\$ 5.920. Demais parcelas em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas iguais e consecutivas de R\$ 130, totalizando o montante de R\$ 18.797.

**(ii) Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>
COFINS	130
PIS	43
	<b>173</b>
	<b>173</b>

*Demonstrativo da Consolidação - Simulação*

<b>Descrição</b>	<b>Principal</b>	<b>Multa mora/ Ofício (*)</b>	<b>Juros (**)</b>	<b>Total</b>
Valores sem reduções	114	23	36	173
Pagamento entrada (5%)	6	1	2	9
Valores com reduções	108	7	3	118

(\*) 70% de redução.

(\*\*) 90% de redução.

Entrada em 5 (cinco) parcelas iguais e consecutivas de R\$ 1,8 totalizando o montante de R\$ 9. Saldo remanescente com quitação em 1 (uma) única parcela com utilização de crédito de Prejuízo Fiscal de R\$ 118.

### **INSS e RFB Lei 11.94/09**

Em 25 de novembro de 2009, as controladas optaram por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES Federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas formalizaram a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei sendo que, em 31 de dezembro de 2013, restavam para a Companhia e suas controladas de 21 a 34 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 24 a 154 parcelas a serem pagas relativas ao debito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 74 a 87 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
773	773	773	773	773	644

### **21 Adiantamento de clientes (Consolidado)**

Refere-se a valores recebidos em 2018 de R\$ 12.967 (em 2017 de R\$ 9.368) a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de ferramentais para a produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues no exercício subsequente.

### **22 Provisões para perdas em processos judiciais**

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas em processos judiciais.

A administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

<b>Controladora</b>			
<b>Natureza</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2018</b>
Trabalhistas	98	-	98
	98	-	98
<b>Controladora</b>			
<b>Natureza</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2017</b>
Trabalhistas	1.552	(1.454)	98
	1.552	(1.454)	98
<b>Consolidado</b>			
<b>Natureza</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2018</b>
Trabalhistas	1.566	-	1.566
	1.566	-	1.566
<b>Consolidado</b>			
<b>Natureza</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2017</b>
Trabalhistas	3.020	(1.454)	1.566
	3.020	(1.454)	1.566

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente, os quais totalizam os seguintes valores:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Depósitos judiciais	30	30	3.672	4.233
	30	30	3.672	4.233

### **Contingências passivas não provisionadas**

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a processos de natureza passiva avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, apresentando no consolidado o montante de R\$ 55.954 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 55.954 em 2017). O principal processo em 2018 está envolvendo a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. e refere-se a uma ação de execução fiscal no montante de R\$ 20.100. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para estes processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 23 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social da Companhia integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 28.488, representado por 28.544.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	31/12/2018	31/12/2017
Maria Ione Victollo Delgado	54,28%	54,28%
Antonio Augusto Delgado Junior	15,24%	15,24%
Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel	15,24%	15,24%
Carla Milena Delgado	15,24%	15,24%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

### Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía o montante de R\$ 7.861 (R\$ 5.697 em 2017).

### Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía o montante de R\$ 4.329.

## 24 Receita líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Receita de produtos	-	-	653.203	570.536
Receita de ferramental	-	-	19.626	18.890
Receita de serviços	-	-	229	171
Receita de alugueis	6.886	6.817	4.480	4.411
Receita de revenda	-	-	4.058	3.232
Receita de sucata	-	-	31.940	22.458
Deduções da receita	(247)	(259)	(166.024)	(143.539)
Receita líquida	<u>6.639</u>	<u>6.558</u>	<u>547.512</u>	<u>476.159</u>

A rubrica de deduções da receita está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Devoluções	-	-	(9.022)	(6.498)
ICMS	-	-	(88.158)	(79.744)
PIS	(44)	(46)	(9.670)	(8.429)
COFINS	(203)	(213)	(44.538)	(38.826)
INSS	-	-	(14.523)	(9.993)
Outros	-	-	(113)	(49)
	(247)	(259)	(166.024)	(143.539)

## 25 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mão de obra direta	(181)	(177)	(71.015)	(58.491)
Materiais diretos	-	-	(239.727)	(207.735)
Outros custos diretos	-	-	(13.066)	(9.434)
Custos indiretos de fabricação	(36)	(53)	(149.780)	(143.581)
Custos revenda mercadorias	-	-	(1.795)	(914)
	(217)	(230)	(475.383)	(420.155)

## 26 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesa com pessoal	(41)	(42)	(16.276)	(15.183)
Serviços de consultoria	(69)	(56)	(1.312)	(1.474)
Gastos mercadológicos	(12)	(16)	(112)	(326)
Depreciações e amortizações	(1)	(2)	(732)	(738)
Seguros	-	-	(325)	(392)
Processamento de dados	-	-	(1.686)	(1.809)
Impostos e taxas	(1.024)	(931)	(1.613)	(1.187)
Despesas gerais	(171)	(76)	(2.912)	(2.073)
	(1.318)	(1.123)	(24.968)	(23.182)

## 27 Outras Receitas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Crédito Ação Pis e Cofins - Exclusão				
ICMS - Principal - Nota 9 (iii)	-	-	24.671	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	-	338	76
Outras receitas operacionais diversas	196	-	460	2.087
Recuperação de impostos	-	-	106	-
Reembolso de sinistro	-	-	50	135
Ganho parcelamento PERT - Redução multa e Juros	-	-	815	2.241
Contingências fiscais - reversão	-	1.454	-	-
	196	1.454	26.440	4.539

## 28 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros recebidos	271	125	199	149
Juros Selic- atualização Crédito Ação Pis e Cofins - Nota 9 (iii)	-	-	34.194	-
Juros ativos s/ financiamentos	-	-	73	255
Descontos obtidos	1.032	-	660	77
Aplicações financeiras	-	952	1.147	1.144
Variação cambial ativa	-	-	994	903
Variação monetária ativa	-	7	2	687
	1.303	1.084	37.269	3.215
<b>Despesas financeiras</b>				
Despesas bancárias	(4)	(5)	(262)	(311)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(45)	(4)	(32.604)	(23.917)
Descontos concedidos	-	(26)	(39)	(146)
Variação cambial passiva	-	-	(866)	(698)
Variação monetária passiva	(60)	(22)	(9.230)	(5.584)
Outras	(11)	(2)	(11.337)	(5.587)
	(120)	(59)	(54.338)	(36.243)
Resultado financeiro líquido	1.183	1.025	(17.069)	(33.028)

## 29 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está apresentada como segue:

**Controladora**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita bruta de aluguéis	6.786	6.552
Alíquota de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	2.172	2.097
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de aluguéis	<u>(738)</u>	<u>(713)</u>
Outros	(70)	(22)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(808)</u>	<u>(735)</u>

**Consolidado**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da Contribuição social	56.532	4.333
Lucro da controladora apurado pelo lucro presumido	44.094	23.477
Lucro contábil ajustado	<u>12.438</u>	<u>(108)</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	(4.229)	37
Imposto de renda e contribuição social diferidos	87	108
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	<u>(808)</u>	<u>(735)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(13.333)</u>	<u>(627)</u>
Alíquota efetiva	23,59%	-2,68%

**b. Composição dos impostos diferidos - passivo**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

	<u>Consolidado</u>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Depreciação	<u>(1.003)</u>	<u>(1.090)</u>
Passivo fiscal diferido	<u>(1.003)</u>	<u>(1.090)</u>



- (i) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que haja lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

### 30 Lucro básico por ação diluído

O cálculo do lucro/prejuízo básico por ação foi baseado no lucro/prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro do exercício	43.286	22.742
Quantidade de ações ordinárias (nota 23)	28.544.623	28.544.623
Lucro por ação - básico (em R\$)	<b>0,002</b>	<b>0,001</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não havia ações ordinárias em circulação.

### 31 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Companhia e suas controladas não possuem políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	<b>Controladora</b>			
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Passivos pelo custo amortizado</b>	<b>Total em 31 de dezembro de 2018</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.427	-	2.427
Aplicações financeiras	12.002	-	-	12.002
Contas a receber de clientes	-	1.751	-	1.751
Empréstimos à partes relacionadas	-	19.400	-	19.400
Outros créditos	-	41	-	41
<b>Total</b>	<b>12.002</b>	<b>23.619</b>	<b>-</b>	<b>35.621</b>
<b>Passivos</b>				
Outras contas a pagar	-	-	4.329	4.329
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.329</b>	<b>4.329</b>

<b>Controladora</b>				
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Passivos pelo custo amortizado</b>	<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	16.012	-	16.012
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.690	-	1.690
Empréstimos à partes relacionadas	-	14.601	-	14.601
Outros créditos	-	41	-	41
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>32.344</b>	<b>-</b>	<b>32.344</b>
<b>Passivos</b>				
Outras contas a pagar	-	-	504	504
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>504</b>	<b>504</b>

<b>Consolidado</b>				
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Passivos pelo custo amortizado</b>	<b>Total em 31 de dezembro de 2018</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.548	-	2.548
Aplicações financeiras	13.952	-	-	13.952
Contas a receber de clientes	-	23.062	-	23.062
Outros créditos	-	1.240	-	1.240
<b>Total</b>	<b>13.952</b>	<b>26.850</b>	<b>-</b>	<b>40.802</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	-	53.220	53.220
Empréstimos e financiamentos	-	-	37.506	37.506
Debêntures	-	-	100.320	100.320
Outras contas a pagar	-	-	4.589	4.589
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>195.635</b>	<b>195.635</b>

<b>Consolidado</b>				
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Passivos pelo custo amortizado</b>	<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	18.138	-	18.138
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	36.111	-	36.111
Outros créditos	-	501	-	501
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>54.750</b>	<b>-</b>	<b>54.750</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Passivos pelo custo amortizado</b>	<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	-	46.547	46.547
Empréstimos e financiamentos	-	-	56.461	56.461
Debêntures	-	-	90.094	90.094
Outras contas a pagar	-	-	426	426
<b>Total</b>	-	-	193.528	193.528

### **Valor justo dos instrumentos financeiros**

#### ***Aplicações financeiras***

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão substancialmente concentradas em aplicações CDB, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, não divergem dos saldos contábeis.

#### ***Gerenciamento de risco financeiro***

A Companhia e suas controladas possuem práticas e procedimentos para minimizar riscos de mercado, tais como risco de crédito, de variação cambial e flutuação de taxa de juros. As exposições aos riscos são monitoradas periodicamente.

*a. Risco de crédito*

Decorrem da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas procuram realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. Para contas a receber por vendas, serviços e alugueis, a Companhia e suas controladas possuem ainda provisão para perdas esperadas de créditos, conforme mencionado na nota explicativa 8.

*b. Risco de preço das mercadorias vendidas, dos produtos adquiridos ou serviços prestados*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos e serviços comercializados pela Companhia e suas controladas e dos demais materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia e suas controladas. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

*c. Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas.

*d. Risco de taxa de câmbio*

O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos da Companhia e suas controladas ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas não opera com mecanismos de *hedge* e outras modalidades de proteção para exposição cambial.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de moeda estrangeira (Dólar) foi a seguinte - base em valores nominais:

<i>(Em milhares de USD)</i>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Cientes do exterior	698	236
	698	236
 <i>(Em milhares de USD)</i>	 <b>31/12/2018</b>	 <b>31/12/2017</b>
Fornecedores do exterior	(49)	(22)
	(49)	(22)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista		Taxa média	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
USD	3,874	3,308	3,874	3,314

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Controladora	Cenários				
Exposição patrimonial	Exposição Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2018	I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>1 - Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	12.002 Variação do CDI	<b>6,42%</b>	771	964	1.157	578	386
1			771	964	1.157	578	386

Consolidado				Cenários				
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2018	I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>1 - Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	13.952	Variação do CDI	6,42%	896	1.120	1.344	672	448
<b>2 - Passivos financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	(37.506)	Variação do CDI	6,42%	(2.408)	(3.010)	(3.612)	(1.806)	(1.204)
Debêntures	100.320	Variação do CDI	6,42%	(6.441)	(8.051)	(9.661)	(4.830)	(3.220)
1+2				<u>(7.953)</u>	<u>(9.941)</u>	<u>(11.929)</u>	<u>(5.964)</u>	<u>(3.976)</u>

Consolidado				Cenários				
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2017	I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>2 - Passivos financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	(56.461)	Variação do CDI	9,93%	(5.607)	(7.008)	(8.411)	(4.205)	(2.804)
Debêntures	(90.094)	Variações do CDI	9,93%	(8.946)	(11.183)	(13.419)	(6.710)	(4.473)
2			<b>Efeito</b>	<u>(14.553)</u>	<u>(18.191)</u>	<u>(21.830)</u>	<u>(10.915)</u>	<u>(7.277)</u>

*e. Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia e de suas controladas no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Os valores dos passivos financeiros representam a exposição máxima de liquidez. A exposição de risco de liquidez na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas a seguir:

Controladora		
	2018	2017
Fornecedores (Nota 17)	2	2
Outras contas a pagar	<u>4.329</u>	<u>504</u>
	<u><b>4.331</b></u>	<u><b>506</b></u>

<b>Consolidado</b>		
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	37.506	56.461
Debêntures (Nota 16)	100.320	90.094
Fornecedores (Nota 17)	53.220	46.547
Adiantamento de clientes (Nota 21)	12.967	9.368
Outras contas a pagar	4.589	426
	<b>208.602</b>	<b>202.896</b>

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

<b>Controladora</b>					
	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º ano
<b>31 de dezembro de 2018</b>					
Fornecedores (Nota 17)	2	2	2	-	-
Outras contas a pagar	4.329	4.329	4.329	-	-
	<b>4.331</b>	<b>4.331</b>	<b>4.331</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>Consolidado</b>					
	Valor contábil	Valor Total	Até o 1º ano	Do 2º Ano	Do 3º ao 5º ano
<b>31 de dezembro de 2018</b>					
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	37.506	37.506	30.857	6.649	-
Debêntures (Nota 16)	100.320	100.320	100.320	-	-
Fornecedores (Nota 17)	53.220	53.220	53.220	-	-
Adiantamento de clientes (Nota 21)	12.967	12.967	12.967	-	-
Outras contas a pagar	4.589	4.589	4.589	-	-
	<b>208.602</b>	<b>208.602</b>	<b>201.953</b>	<b>6.649</b>	<b>-</b>

## **32 Eventos subsequentes**

A controlada Delga Indústria e Comércio S.A. está em fase de formalização de nova negociação para alongamento do perfil das debêntures, bem como para redução do custo da operação, com expectativa de conclusão até 31 de maio de 2019. As novas condições comerciais negociadas incluem 12 meses de carência e 48 meses para amortização do saldo, sendo parte através da venda de ativos, com redução significativa no custo. Em função da nova negociação, haverá reclassificação subsequente do saldo, alocado integralmente no passivo circulante em 31 de dezembro de 2018.

\* \* \*

Antonio Augusto Delgado Junior  
Diretor Presidente

Mauro Koji Noda  
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza  
Contador CRC 1SP164770/O-0